

AÇÕES COLETIVAS E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: EXPERIÊNCIAS NA REGIÃO TURÍSTICA LITORAL DO PARANÁ, BRASIL

Beatriz Leite Ferreira Cabral*, Marta De Azevedo Irving** & Yasmin Xavier Guimarães Nasri***

Resumo: Essa pesquisa incide sobre as ações coletivas vinculadas ao Turismo de Base Comunitária (TBC), na Região Turística Litoral do Paraná. O objetivo do artigo é abordar e decodificar o mosaico das ações coletivas na dinâmica do TBC envolvendo populações tradicionais. Para isso, a metodologia de abordagem qualitativa, teve como base a observação participante direcionada às experiências de TBC na região, entre 2015 e 2024, além do levantamento bibliográfico e documental. Os resultados obtidos foram analisados segundo três eixos temáticos: ações educativas, ações de comunicação, gestão e comercialização, e ações de mobilização política. A investigação indicou a importância das ações coletivas para a implementação e consolidação das experiências do TBC, mas também para o encaminhamento de soluções para diversos desafios comunitários na região estudada.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária; Ações coletivas; Região Turística Litoral do Paraná.

COLLECTIVE ACTION AND COMMUNITY-BASED TOURISM: EXPERIENCES IN THE COASTAL TOURIST REGION OF PARANÁ, BRAZIL

Abstract: This research focuses on collective actions linked to Community-Based Tourism (CBT) in the Litoral do Paraná tourist region. The aim of the article is to approach and decode the mosaic of collective actions in the dynamics of CBT involving traditional populations. To this end, the qualitative methodology was based on participant observation of CBT experiences in the region between 2015 and 2024 and a bibliographic and documentary survey. The results obtained were analyzed along three thematic axes: educational actions, communication, management and marketing actions, and political mobilization actions. The research indicated the importance of collective actions for implementing and consolidating CBT experiences and finding solutions to various community challenges in the region studied.

Keywords: Community-based tourism; Collective action; Litoral of Paraná Tourism Region.

ACCIÓN COLECTIVA Y TURISMO COMUNITARIO: EXPERIENCIAS EN LA REGIÓN TURÍSTICA LITORAL DO PARANÁ, BRASIL

Resumen: Esta investigación se centra en las acciones colectivas vinculadas al Turismo de Base Comunitaria (TBC) en la región turística del Litoral do Paraná. El objetivo del artículo es aproximarse y decodificar el mosaico de acciones colectivas en la dinámica del TBC involucrando poblaciones tradicionales. Para ello, la metodología cualitativa se basó en la observación participante de experiencias de TBC en la región entre 2015 y 2024, así como en un relevamiento bibliográfico y documental. Los resultados obtenidos fueron analizados en tres ejes temáticos: acciones educativas, acciones de comunicación, gestión y marketing, y acciones de movilización política. La investigación indicó la importancia de las acciones colectivas para la implementación y consolidación de experiencias de TBC, pero también para encontrar soluciones a diversos desafíos comunitarios en la región estudiada.

Palabras clave: Turismo Comunitario; Acción colectiva; Región Turística Litoral do Paraná.

HOW TO CITE: Cabral, B. L. F.; Irving, M. de A. & Nasri, Y. X. G. (2024). Ações Coletivas e Turismo de Base Comunitária: Experiências na Região Turística Litoral do Paraná, Brasil. *Latin American Journal of Tourismology*, 10(Regular Issue). Retrieved from <https://periodicos.ufrj.br/index.php/rlaturismologia/article/view/46770>
DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14511114>

1 INTRODUÇÃO

A importância de ações coletivas comunitárias em projetos de desenvolvimento local vem sendo cada vez mais discutida no âmbito das políticas públicas vinculadas ao turismo. Esse direcionamento se justifica, entre outras razões, pelo reconhecimento de que o turismo gera efeitos indesejáveis para as populações residentes nas localidades turísticas e, por esse entendimento, ações coletivas são necessárias para o enfrentamento dessa tendência (Hwang, Chi e Lee, 2016) e, também, para

apoiar a consolidação de iniciativas dirigidas ao desenvolvimento local em bases sustentáveis. Nesse contexto, cabe destacar que diversos estudos vêm discutindo o turismo como fenômeno social complexo (Fragelli, Irving e Oliveira, 2019; Virkki, Irving e Lima, 2024). Com essa compreensão, o reconhecimento do turismo como fenômeno relacional (Merinero-Rodríguez; Pulido-Fernández, 2016)¹ vem sendo predominante em algumas investigações acadêmicas sobre o turismo, sobretudo, no campo das Ciências Humanas e Sociais.

¹ Dentre eles, Merinero-Rodríguez; Pulido-Fernández (2016) destacam autores como Jafari (1974), Hendee (1975), Butler (1974), Aspelin (1977), Grabum (1983), Mathews (1975), Richter (1983), Cohen (1984, 1988),

Dann and Cohen (1991), Matthews and Richter (1991), Nash and Smith (1991), Cohen and Cohen (2012).



Licenciada por Creative Commons
Atribuição Não Comercial / Sem
Derivações/ 4.0 / Internacional

* Doutoranda em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS- UFRJ) Mestre e especialista em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE-UFRJ) (2015/2018). Graduação em Turismo (UFPR) (2006). Docente da UFPR LITORAL, pesquisa e coordena projetos de extensão sobre Turismo de Base Comunitária, no litoral do Paraná. <http://lattes.cnpq.br/1370490296408865> | beatriz.cabral.ufrj@gmail.com |

**Doutorado em Ciências (Universidade de São Paulo, USP) (1991). Mestrado em Gestão de Recursos Hídricos (Universidade de Southampton, S.U., Inglaterra) (1983) Graduação em Psicologia (UERJ) (1983). Professora sênior do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/IP/UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED/IE/UFRJ). Coordenadora da Cátedra de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Colégio Brasileiro de Altos Estudos. <http://lattes.cnpq.br/1912229324377473> | marta.irving@mls.com.br |

*** Doutoranda em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Eicos/UFRJ) (2023), Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Eicos/UFRJ) (2018), Especialização em Turismo Sustentável (Cefet/RJ) (2018), Licenciatura em Geografia (2021) e Gestão de Turismo (2015). Docente no Departamento de Turismo da UFJF. <http://lattes.cnpq.br/1557601362682295>. | yasmin.nasri@hotmail.com |

Por essa perspectiva, merecem menção os estudos antropológicos, com enfoque nas relações entre turistas e a população local, e os estudos produzidos no campo da Sociologia, cuja atenção tem sido direcionada à investigação das conexões entre diferentes organizações associadas ao turismo, sejam elas formais ou informais (ibid).

A esse respeito, Jafari (1974) alega que até a década de 1970, apenas os benefícios do turismo vinham sendo discutidos na literatura especializada, sem a devida abordagem dos seus efeitos prejudiciais às dinâmicas locais. Muitos desses estudos, na avaliação do autor, deliberadamente ou não, negligenciavam, a discussão sobre os efeitos indesejados do turismo. Esse contexto parece ter influenciado a origem do que Carrelas (2022) define como o embrião da literatura especializada sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC), para se referir ao debate sobre alternativas turísticas que, em tese, seriam mais sustentáveis e menos predatórias, conforme discutido por Kadt (1979), Smith e Eadington (1992), Pearce (1992), entre outros.

Além disso, a pesquisa acadêmica sobre as ações coletivas protagonizadas por comunidades locais, também têm sido influenciada por um conjunto de estudos que, a partir de 1980, vêm se inspirando na obra de Murphy (1985), intitulada "*Tourism: a community approach*". Nessa obra, o autor defende a necessária ênfase ao cotidiano das comunidades envolvidas no turismo, como uma via essencial para a articulação entre as questões econômicas, ambientais e sociais no processo. Desde então, muitas outras pesquisas, com base em diferentes abordagens teóricas e metodológicas, vêm sendo desenvolvidas com esse foco analítico e, a partir delas, vem sendo possível o delineamento conceitual do que atualmente se reconhece como Turismo de Base Comunitária (TBC).

Nessa trajetória emergiram os estudos sobre as redes sociotécnicas de TBC, que tem também incidido sobre as ações coletivas no âmbito comunitário. No entanto, a ênfase estrita no âmbito comunitário pode também representar uma limitação com relação à interpretação da dinâmica do mosaico de ações coletivas que se constroem na dimensão do território, conforme discutem Hwang, Chi e Lee (2016). Desse modo, defende-se nesse artigo, a importância do foco analítico na rede de ações coletivas no TBC, que transcendem o nível local, reconhecendo representar a mesma um mosaico plural de atores e ações de cunho social que compõem essa configuração, a partir da qual são delineados processos comunitários. Adota-se como inspiração para essa reflexão, a discussão de Lima (2023) que mobiliza em sua argumentação categorias como a multiatorialidade, arena pública e ações coletivas para análise do Turismo de Base Comunitária². Por essa via, Lima (2023) e Peres (2020), defendem a noção de "experiência pública" como o conjunto de iniciativas que emanam de uma sociedade em movimento e constituem uma oportunidade de aprendizagem coletiva, com potencial de inspirar ações dirigidas ao avanço democrático no campo das políticas públicas. Para fins desse artigo, é importante reconhecer também que, no contexto do TBC, as ações coletivas tendem a emergir em cenários de enfrentamento de adversidades no plano

territorial, inspirando caminhos para o equacionamento coletivo dos desafios comunitários.

Com base nesses antecedentes, esse ensaio se inspira na leitura das experiências de TBC no contexto da Região Turística Litoral do Paraná (RTPL) que integra sete municípios costeiros do estado: Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Paranaguá, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba. Nessa região, em particular nos territórios caiçaras, algumas famílias ou coletivos ali constituídos, vêm protagonizando a criação e a gestão de experiências de turismo, essas entendidas como vias potenciais de resiliência e de ressignificação do cotidiano local. Muitas dessas iniciativas vêm sendo reconhecidas, seja no âmbito da academia, do mercado ou de políticas públicas como experiências de Turismo de base Comunitária. No entanto, esses grupos sociais ancorados nos lugares turísticos vêm enfrentando diversos desafios para a consolidação do que se denomina como TBC. Dentre eles, é importante mencionar a falta de oportunidades de trabalho e renda para assegurar a permanência das famílias no território de origem, os conflitos fundiários, a falta de acesso à formação e aos conhecimentos específicos para se trabalhar com o turismo e, a limitada organização comunitária com esse fim.

Nesse sentido, busca-se abordar e decodificar, nesse artigo, o mosaico das ações coletivas na dinâmica do TBC, no litoral do Paraná. Com esse ensejo, a questão específica que inspira essa reflexão é: *Como as ações coletivas envolvendo múltiplos atores sociais na dinâmica relacional do TBC podem inspirar políticas públicas ou, ainda, a construção de novas abordagens teóricas sobre o TBC?* Tendo esses questionamentos como inspiração, pretende-se contextualizar e refletir sobre o alcance dessas ações coletivas que têm como foco os desafios comunitários no TBC, no período de março de 2015 e setembro de 2024, na Região Turística Litoral do Paraná.

Este ensaio está organizado em quatro seções, além desta breve introdução e das considerações finais. A segunda seção contextualiza, teoricamente, o significado de ações coletivas e a perspectiva relacional no turismo, como lentes adotadas para análise do TBC no território. A terceira seção apresenta, resumidamente, o caminho metodológico da pesquisa. A quarta seção situa o campo empírico da investigação e, nela, são sintetizados os principais resultados obtidos na pesquisa.

2 SIGNIFICADO DAS AÇÕES COLETIVAS E DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO PRÁTICA RELACIONAL

As ações coletivas tendem a resultar dos modos de articulação de um certo grupo, com o objetivo de reivindicar e/ou construir soluções artesanais para questões locais. Com essa perspectiva, Gohn (1997, p. 42) coloca como condições para a emergência de uma ação coletiva: o "bloqueio estrutural (barreiras na estrutura social que impedem as pessoas de eliminar suas fontes de descontentamento); contato (interação com os descontentes); eficácia (expectativa de que a ação proposta aliviará o descontentamento); e ideologia

² Da Rede Batuc (Bahia).

(massa de crenças que justificam e apoiam a ação proposta)".

No sentido de transpor esse debate para o contexto do TBC é importante considerar que, em uma perspectiva cronológica, os primeiros estudos sobre o foram publicados apenas na década de 1980 e se referiam às iniciativas de comunidades indígenas e/ou rurais em países sul-americanos (Maldonado, 2009; Silva *et al.*, 2016). Conforme discutem Diaz-Aguilar e Escalera-Reyes (2020), as questões acadêmicas sobre Turismo de Base Comunitária, na origem, estiveram enraizadas na lógica dos "bens comuns"³. Sendo assim, uma das premissas associadas ao TBC se refere ao modo de organização das experiências que, potencialmente, seriam coletivas e comunitárias (Costa, Catão e Prado (2009); e Mendonça (2009). Mas diversas outras premissas envolvidas na configuração do TBC que apoiam esse argumento foram também discutidas por Bartholo (2009) e Zaoul (2008), a partir da abordagem relacional do TBC (Burgos & Mertens, 2015); e de Irving (2009) que, ao resgatar o histórico da temática, discute que as primeiras discussões estiveram associadas à temas como inclusão social e conservação da biodiversidade, entre diversos outros autores.

Em um sentido amplo, bens comuns poderiam também ser interpretados como aqueles de importância global, tais como a atmosfera, o clima e os oceanos (Storlazzi, Lunić & Micera, 2017). No âmbito do turismo, particularmente, esses bens comuns poderiam ser traduzidos como a terra, a floresta, os pescados, os frutos, entre outros elementos da natureza, associados à garantia de manutenção dos modos de vida das populações locais. Por essa perspectiva, a comunidade envolvida representa um sujeito coletivo (ibid). E, no plano concreto, segundo Giampiccoli & Saayman (2018, p.9, *tradução nossa*), "[...] a comunidade deve participar no desenvolvimento do seu próprio TBC, que é originado, detido e gerido por ela própria".

Nesse contexto é importante também enfatizar que o próprio termo "comunidade", envolve diferentes significados, para cada campo do conhecimento. A esse respeito, Richards & Hall (2002) reconhecem que a interpretação desse termo como grupo social homogêneo, sem que se problematizem as relações intrínsecas de poder envolvidas, tende ainda a ser a abordagem predominante na literatura especializada, sendo essa a acepção constantemente empregada em políticas públicas de turismo.

Contudo, defende-se que o foco da atenção dos estudos sobre o TBC deveria incidir não apenas no protagonismo da comunidade local na condução do processo, mas, em concordância com Carrelas (2022), sobretudo, nas ações coletivas voltadas à salvaguarda e à valorização dos bens naturais e culturais vinculados ao território. Nesse caso, o termo "comunidade", deveria estar relacionado à ação coletiva perante os interesses comuns (Carrelas, 2022; Reid, 2003; Ruiz-Balesteros & Gual, 2012). Na perspectiva de Ribeiro *et al.* (2020), as ações coletivas, quando bem articuladas e engajadas, podem exercer forte influência sobre o poder de decisão política. Além disso, é importante considerar a dimensão pedagógica e formativa das ações coletivas que tendem

a contribuir para que os atores sociais envolvidos avancem na luta por seus direitos. Assim, essa discussão tende a ser fundamental no sentido de se interpretar a dinâmica relacional no TBC.

Nesse caso, o estudo sobre as relações colaborativas e comunitárias no TBC está frequentemente relacionado à abordagem das redes sociotécnicas. Por essa perspectiva, Moraes (2019); Moraes *et al.* (2020) e Bursztyn (2012) discutem que muitas redes de TBC na América Latina vêm influenciando os processos de formulação das políticas públicas. E segundo Merinero-Rodríguez e Pulido-Fernández (2016), a interpretação sobre as redes de relações na dinâmica do turismo, tende a ser conduzida a partir de diferentes eixos de abordagem, segundo uma perspectiva que reconhece os efeitos do turismo sobre as comunidades locais, considerando, sobretudo, a importância das conexões reais entre os diversos atores sociais envolvidos. Nesse caso, as redes de relações constituem, em si mesmas, o próprio objeto de estudo (Merinero-Rodríguez e Pulido-Fernández, 2016). Os mesmos autores discutem que o reconhecimento das relações entre os atores sociais envolvidos deveria estar no âmago dos estudos sobre o turismo. E, nesse caso, a investigação sobre as ações coletivas desenvolvidas nas redes que configuram o TBC representaria, em tese, uma via analítica potente para a compreensão dessa prática.

Por todas as razões discutidas no âmbito dessa pesquisa, adota-se como inspiração o sentido de "comunidade", defendido por Carrelas (2022), Reid (2003) e Ruiz-Balesteros (2012), centrado na ação coletiva perante interesses comuns. Também em sintonia com o argumento, a perspectiva analítica que orienta esse ensaio incide sobre as ações coletivas não somente no âmbito comunitário, mas entre atores sociais que participam da dinâmica relacional no âmbito do TBC. Esse argumento se inspira em Lima (2023), Peres (2020) e Ribeiro *et al.* (2020), que enfatizam a importância das ações coletivas que emanam de uma sociedade em movimento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo se baseou em uma abordagem qualitativa e exploratória de pesquisa, tendo como universo de análise as ações coletivas no TBC, na Região Turística Litoral do Paraná, no período de 2015 a 2024. Tendo como inspiração as discussões de Lima (2020), tais ações, na presente pesquisa são abordadas segundo três eixos analíticos, "ações de comunicação, gestão e comercialização", "ações formativas" e "ações de mobilização política".

Em relação aos objetivos de pesquisa, essa pode ser classificada, segundo Triviños (2000) como pesquisa descritiva, pois incide sobre a interpretação de processos sociais. Ou seja, a partir da descrição das ações coletivas, a pesquisa se utiliza de Lima (2023), para quem os diferentes atores sociais que participam da dinâmica do TBC representam o foco de análise. Para tanto, inicialmente foram identificadas as ações em curso, seus propósitos e atores sociais nelas engajadas

³ A Teoria dos Comuns foi iniciada por Ostrom (1990), a partir das discussões sobre as ações coletivas voltadas para a governança de

bens comuns, analisando se estes estariam suscetíveis às disputas por sua posse/ou uso.

e, posteriormente, foram projetadas suas possíveis contribuições para a solução de desafios comunitários, através da observação participante na região em foco e no período mencionado.

A observação participante representou a fonte para a obtenção dos dados da pesquisa empírica. A imersão no campo, no período de 2015 a 2024 foi possível a partir da construção de laços de confiança e proximidade com os atores sociais envolvidos, para o planejamento e desenvolvimento das ações pretendidas no âmbito de projetos de extensão universitária desenvolvidos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR - Setor Litoral), no período mencionado. É importante também reforçar que a observação participante, nesse período, foi realizada não apenas nos momentos de interlocução direta com os atores locais, mas também, nos processos de planejamento e execução das ações identificadas. Esse processo foi registrado em sínteses provisórias ou vídeos, compartilhados com os atores sociais envolvidos e, também, em relatórios extensionistas da UFPR. Nesse sentido, vale ressaltar que através da observação participante, o pesquisador “[...]se toma parte de tal universo para melhor entender as ações daqueles que ocupam e produzem culturas, apreender seus aspectos simbólicos, que incluem costumes e linguagem. Além disso, pode gerar uma relação de maior intimidade e confiabilidade entre os envolvidos nesse processo” (Berto *et al.*, 2019, p.71).

Os diálogos informais e o envolvimento direto na organização de encontros, debates, visitas técnicas, intercâmbios, cursos e reuniões no âmbito das ações de extensão universitária da UFPR⁴, possibilitaram o reconhecimento da multiteritorialidade no TBC e o acompanhamento das ações construídas nos últimos anos, nos bastidores da dinâmica cotidiana da região⁵.

De modo complementar, foram também levantados dados secundários para a construção da pesquisa empírica. O levantamento bibliográfico, por sua vez, se direcionou aos temas de busca “Turismo de Base Comunitária”, “Ações Coletivas” e “Prática Relacional” nas plataformas reconhecidas de busca de publicações científicas, como Google Acadêmico, Portal de Periódicos Capes e SciELO. Além disso, foi realizada consulta a documentos técnicos sobre a região, levantados e mapeados durante o processo de pesquisa.

4 O MOSAICO DE AÇÕES COLETIVAS ASSOCIADAS AO TBC NA REGIÃO TURÍSTICA LITORAL DO PARANÁ

4.1 Origem e contexto da Região Turística Litoral do Paraná

A Região Turística é administrativamente integrada por sete municípios, ao norte do Estado, Guaraqueçaba,

Antonina e Morretes; no centro, o município de Paranaguá; e, ao sul da baía de Paranaguá, os municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, todos eles às margens do Oceano Atlântico, à exceção de Morretes, aos pés da Serra do Mar. Essa região foi estabelecida como tal, por influência do Programa de Regionalização, do Ministério do Turismo (MTur) (BRASIL, 2004)⁶. No plano do desenvolvimento turístico regional, é importante enfatizar que o contato com a natureza, a localização geográfica, a busca por tranquilidade, saúde e bem-estar constituem, na atualidade, as principais motivações para que os turistas visitem a região mencionada (Paraná, 2024). Em outras palavras, a movimentação turística é motivada, sobretudo, pela espetacularização das belezas cênicas e paisagísticas na região e pela proximidade da capital do estado, Curitiba, situada a uma distância média de 100km da região estudada.

A exuberância dos atributos da sociobiodiversidade regional está diretamente associada à existência de comunidades indígenas⁷ e de comunidades tradicionais e demais grupos locais que vivem da agricultura e da pesca na região, sejam elas comunidades rurais, caiçaras ou quilombolas.

No plano da biodiversidade, no último século, políticas públicas voltadas para a conservação do bioma da Mata Atlântica, reconhecido internacionalmente, na década de 1990, como Reserva da Biosfera e Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade e também identificado como um “hotspot” da biodiversidade vêm contribuindo para assegurar a sua integridade. Nesse contexto, as Unidades de Conservação formalmente instituídas buscam assegurar a proteção de uma cobertura de cerca de 80% do litoral do Paraná, de diferentes esferas públicas (municipal, estadual e federal) (Paula; Pigosso; Wroblewski, 2018).

No entanto, a criação de UCs de uso integral no litoral norte, vem ocasionando inúmeras restrições aos modos tradicionais de ocupação da região, contribuindo, em alguns casos, para o seu esvaziamento ou, ainda, dificultando a permanência de muitas comunidades, que historicamente ali vivem. Além disso, apesar da existência de inúmeras comunidades tradicionais na região, são ainda limitadas as ações de políticas públicas dirigidas à proteção do patrimônio imaterial, como as práticas artesanais e as artes tradicionais relacionadas à pesca, além da produção de farinha, entre outros costumes locais associados, cuja salvaguarda cultural ainda parece insuficiente (Paraná, 2022).

Outro paradoxo no contexto da dinâmica regional, é que a RTLTP, abrigando os territórios de dezenas de comunidades caiçaras, quatro aldeias indígenas e duas comunidades quilombolas, recebe também a influência da expansão industrial portuária em ritmo acelerado,

⁴ Através da participação nos seguintes projetos de extensão universitária desenvolvidos pela UFPR: “Fortalecimento do empreendedorismo, inovação e gestão familiar do turismo na Baía de Guaratuba” (2014 a 2018); “Projeto Mutirão UFPR” entre 2015 e 2019; “Turismo de Base Comunitária como Tecnologia Social para o Litoral do Paraná” (2019-2020); “Projeto Mutirão UFPR” (2015-2018); “Governança participativa para o Turismo de Base Comunitária, Ecoturismo e Turismo de Aventura no litoral do Paraná” (2020- 2021); e “Desenvolvimento de cadeias de valor da agrosociobiodiversidade pela marca coletiva Rota Caiçara” (2022– em vigência).

⁵ Mais especificamente, a participação no campo de investigação ocorreu nos momentos de organização e realização de cursos de

extensão, de encontros para debates sobre o TBC, organização de intercâmbios comunitários, no desenvolvimento de ações de marketing e na condução de processos de discussão sobre o projeto de Lei sobre TBC no Paraná.

⁶ Dois anos após a sua criação, foi fundada, em 2006, a Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná (ADETUR-LITORAL), entidade sem fins lucrativos

⁷ A região “[...] há mais de dois mil anos é povoada pelos povos Guarani; e há mais de quinhentos anos pelos povos originados no Velho Mundo e por seus descendentes que, mistura de europeus, africanos e indígenas, produziram a sociedade caiçara” (Cabral *et. al.*, 2020, p.206).

associado ao Complexo Portuário de Paranaguá, o 2º maior do Brasil, que projeta duplicar a movimentação de cargas em apenas 3 décadas (Góes, 2020). Outro fator que influencia a dinâmica regional é o próprio turismo sazonal que acontece em um curto período de tempo, sendo que mais da metade dos turistas permanece na região entre 01 a 04 dias, além de uma quantidade expressiva que permanece de cinco a dez dias, sendo o principal meio de hospedagem a casa própria ou de amigos e parentes (Paraná, 2024). Ou seja, apesar da relevância do turismo regional, os maiores fluxos estão concentrados em períodos específicos do ano e concentram-se sobretudo nos municípios balneários e na Ilha do Mel, além de envolver o excursionismo em Morretes, ícones do turismo regional (SETU, 2024). Esse movimento de veraneio e de sazonalidade turística reverbera, na visitação às comunidades locais, sobretudo às comunidades das Ilhas de Superagüi e das Peças do Mel, que habitam áreas de ecossistemas preservados e que convivem, em seu cotidiano, com as disputas envolvendo os seus direitos aos territórios tradicionais e os interesses turísticos que ali incidem.

No plano de políticas públicas de turismo, apesar do foco prioritário ainda incidir sobre o denominado “turismo de sol e praia”, gradualmente vem se observando alguns esforços voltados ao incentivo e valorização de outras práticas de lazer e turismo, liderados, sobretudo, por ONGS locais ou pela Universidade Federal do Paraná, visando apoiar as iniciativas de TBC, desde o início da década de 2000. Nos últimos anos, é importante também reconhecer a

ação integrada entre a instância regional do turismo (ADETUR LITORAL) e, a Rede Colaborativa da Grande Reserva Mata Atlântica (GRMA) que tem por objetivo tornar a Grande Reserva um destino turístico pautado na conservação da biodiversidade e, na valorização cultural e histórica (Nasri, Cabral e Irving, 2023). Merece menção, ainda nesse movimento, a “Rota Caiçara”, como uma proposta de cicloturismo que integra os sete municípios da região, fruto de projetos extensionistas da UFPR, que conta, atualmente com diversas fontes financiadoras e colaboradores, o Projeto “Desenvolvimento de Pesquisas e Cadeias de Valor da Agrosociobiodiversidade: Por meio da Criação das Bases de uma Marca Coletiva Regional” que, através de parcerias interinstitucionais (INVEST PARANÁ, SETI PR, UNESPAR E UFPR), visa a criação e o apoio às tecnologias sociais, com destaque ao Turismo de Base Comunitária regional e à Rota Caiçara.

4.2 O contexto das experiências de TBC regionais e os desafios comunitários

O território das comunidades tradicionais da RTLP, em geral está sobreposto ou tangencia o entorno de Unidades de Conservação (UCs), como o Parque Estadual Ilha do Mel e a APA de Guaraqueçaba. Nessa dinâmica territorial, as diversas iniciativas de TBC, protagonizadas por comunidades caiçaras nos municípios de Guaratuba, Paranaguá e Guaraqueçaba, estão representadas esquematicamente na Figura 1, a seguir.

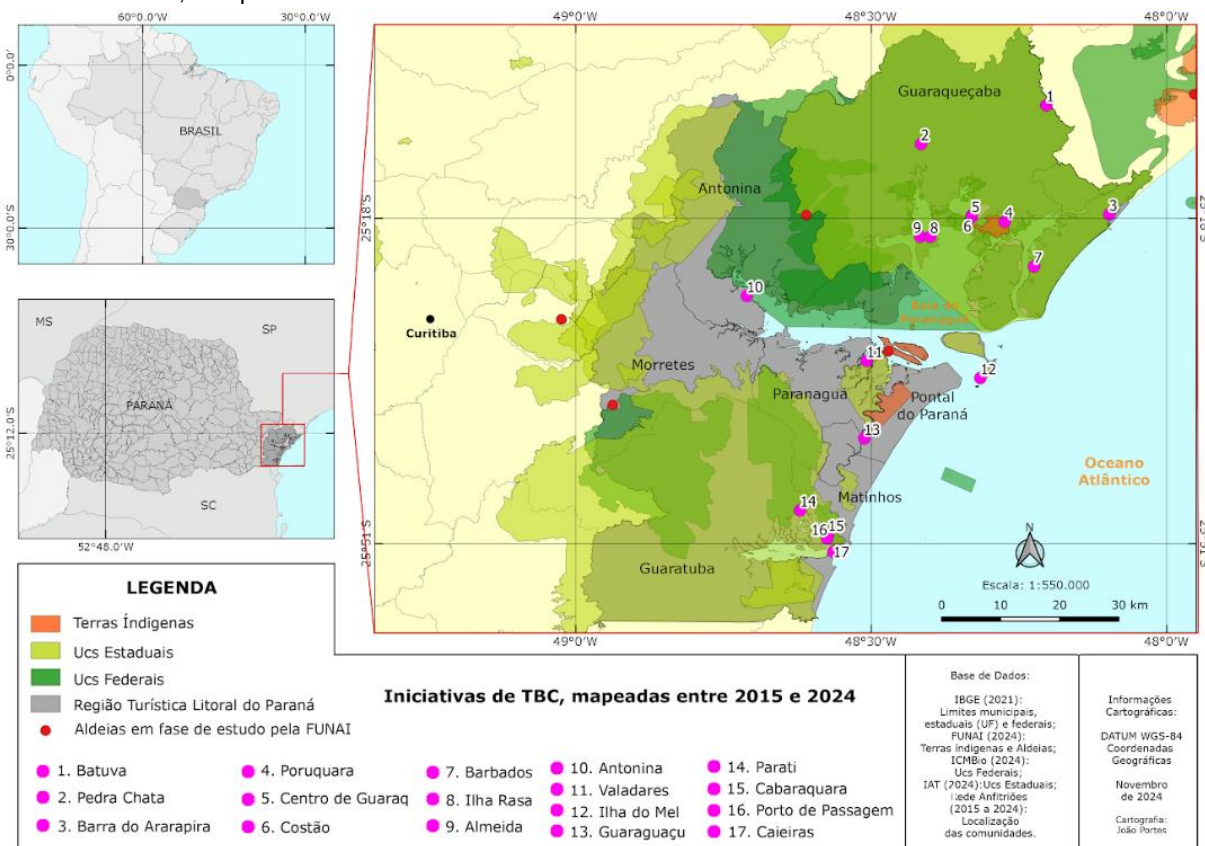


Figura 1: Indicação das experiências de TBC na Região Turística Litoral do Paraná.
 Fonte: Fortes e Cabral (2024).

Foram identificadas nesse mapeamento 17 pontos focais de experiências de TBC na RTLP, sendo a maioria delas localizadas nas imediações de UCs. Essas experiências estão sistematizadas no Quadro 1, a seguir. Como se pode observar a partir do quadro, a maioria das experiências mapeadas é relativamente recente (menos de dez anos) e situa-se, principalmente, nas

proximidades de UCs de Uso Sustentável, geridas, em âmbito estadual, pelo Instituto Água e Terra (IAT), como as Áreas de Proteção Ambiental (APA) de Guaratuba e de Guaqueçaba⁸. No caso específico das UCs de Proteção Integral, como o Parque Nacional (PARNA) do Superagui, o TBC constitui uma prática já reconhecida pela gestão pública.

Quadro 1: Experiências de TBC na Região Turística Litoral do Paraná

Comunidade	Experiência de TBC	Unidade(s) de Conservação	Origem
Pedra Chata	Conhecendo a Comunidade Pedra Chata	APA de Guaqueçaba	2022
Almeida	Roteiro Ostras de Guaqueçaba	APA de Guaqueçaba	2018
Costão	Vivência Siri do Costão	APA de Guaqueçaba	2018
Ilha Rasa	Nininho House - Visita à Área de Agrofloresta	APA de Guaqueçaba	2010
Poruquara	Pesca e Culinária no Poruquara	APA de Guaqueçaba	2020
Pedra Chata	Roteiros com a hospedaria Pedra Chata	APA de Guaqueçaba	2019
Barbados	Conhecendo a Comunidade de Barbados	APA de Guaqueçaba PARNA do Superagui	2003
Barra do Ararapira	Vivência na Barra do Ararapira e Comunidades Vizinhas	APA de Guaqueçaba e PN Superagui	2013
Ilha do Mel	Caminhos da Tainha e Ilha do Mel 360 Graus	Parque Estadual Ilha do Mel e APA de Guaqueçaba	2013
Valadares	Festa Nacional do Fandango Caiçara	Não possui	
Guaraguaçu	Roteiro Guaraguaçu e Café Caiçara	Estação Ecológica Guaraguaçu	2007
Parati e Cabaraquara	Roteiro Salto Parati	APA de Guaratuba e PN Saint-Hilaire/Lange	2014
Cabaraquara e Porto de Passagem	Almoço e Prosa com Mestre Canoeiro, Trilha e Almoço Vegetariano no Sítio Alvorada e experiências com Associação Cabaraquara	APA de Guaratuba	2016
Caleiras	Projeto Agência de Turismo Comunitário de Caleiras e Instituto Guaju	APA de Guaratuba	2020
Comunidade Quilombola	Visita à Comunidade Quilombola do Batuva	APA de Guaqueçaba	2017
Baía de Antonina	Projeto Guaparayba O Mangue	APA de Guaqueçaba	2023

Fonte: Elaboração própria (2024).

Um aspecto comum às iniciativas, mapeadas é que a influência familiar em sua organização transcende os limites da própria comunidade. Assim, as unidades familiares anfitriãs caiçaras e quilombola realizam, frequentemente, parcerias intracomunitárias e intercomunitárias, buscando assegurar a continuidade das ações em curso e, a conectividade de seus territórios tradicionais. Desse modo, pode-se afirmar representarem essas iniciativas de TBC, de base familiar, um esforço coletivo para a ação integrada regional, na articulação entre natureza e cultura, também buscando o direito aos territórios tradicionais. Nesse sentido, tende a ser fundamental interpretar as ações coletivas que vem contribuindo para consolidar esse movimento.

O Quadro 02 ilustra, com clareza, a multiatorialidade que caracteriza a dinâmica das ações coletivas na RTLP, construída nos últimos anos, não apenas pelas comunidades envolvidas nas experiências de TBC, mas também com o apoio de colaboradores e apoiadores externos a essas iniciativas. A matriz ilustra, ainda, a diversidade de atores envolvidos, desde unidades familiares, até associações locais, instituições da gestão pública das esferas municipal e estadual, universidades e representações da iniciativa privada, entre outras. Assim, os colaboradores e apoiadores externos às iniciativas mapeadas parecem desempenhar um papel essencial para o êxito do processo, principalmente no tocante à formação,

facilitação e interlocução entre os diversos atores envolvidos no processo.

Em relação às “ações educativas” desenvolvidas na RTLP, alguns atores externos às iniciativas de TBC em curso merecem destaque na configuração desse movimento. A UFPR, que vem liderando as ações de extensão universitária e que, a partir de um conjunto de cursos, eventos, encontros e intercâmbios voltados para e construídos com as comunidades locais, tem apoiado a criação e consolidação dos grupos formados entre 2017 e 2018, o Grupo Guarapés, o Grupo Guaraguatá e a Rede Anfitriões do Litoral PR. Tais organizações informais foram criadas com o apoio da UFPR, para reunir e dar visibilidade às experiências de TBC em curso, respectivamente em comunidades da Baía de Guaratuba, em Guaqueçaba e em toda a Região Turística. A Empresa Terminal de Cointainers de Paranaguá (TCP) tem tido também importância no processo, por sua atuação, desde 2013, financiando as ações educativas através de parceiros locais, em comunidades da Rede Caiçara de TBC, em Paranaguá, como medida de mitigação dos impactos desse empreendimento portuário na região.

Complementarmente a esse processo não se pode desconsiderar, no momento atual, a relevância dos cursos de formação recentemente liderados por dois dos cinco Parques Nacionais da região, em 2024, como o “Curso de Sinalização e Manejo de Trilhas”, realizado no

⁸ Uma experiência de TBC é também registrada na comunidade quilombola do Batuva, no município de Guaqueçaba.

Parque Nacional de Superagui, envolvendo a participação de agentes temporários ambientais do ICMBio e comunitários; e o “1º Curso de Condutores de

Visitantes do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange”, envolvendo comunidades do entorno e profissionais do turismo da região.

Tipologia	Ações coletivas	Modos de participação dos atores sociais		
		Anfitriões ou organizações locais envolvidas	Colaboradores	Apoiadores
AÇÕES EDUCATIVAS	Cursos de extensão universitária (120h): “Anfitriões da Baía de Guaratuba”, em 2016, “Anfitriões do litoral”, em 2018. Cursos de extensão (30h): “Turismo na Escola”, “Técnicas de manipulação de alimentos” e “Turismo na Rede”, em 2017; “Fotografia e Turismo nas redes de Superagui”, em 2023.	Anfitriões e coletivos de TBC.	Projeto Mutirão UFPR.	Ministério da Cultura.
	Encontros e intercâmbios entre comunidades, entre 2026-2028.	Rede Anfitriões.	Projeto Mutirão UFPR.	Ministério da Cultura.
	Projeto “Fortalecimento do TBC na Baía de Paranaguá”, entre 2023-2024.	Rede Caiçara	SEBRAE.	Terminal de Contêineres de Paranaguá.
	Curso de Turismo de Base Comunitária (30h).	Moradores de Antonina	Portfólio Digital.	Itaipu Binacional
AÇÕES DE COMUNICAÇÃO, GESTÃO E COMERCIALIZAÇÃO	Criação do Grupo Guarapés (2016) e do Grupo Guaraguatá (2018).	Anfitriões de turismo	Projeto Mutirão UFPR.	Ministério da Cultura.
	Criação de site e página de rede social para o Grupo Guarapés.	Grupo Guarapés	Projeto Mutirão UFPR.	Ministério da Cultura.
	Criação do Grupo Guaparayba, o Mangue, em	Anfitriões de TBC e escoteiros de Antonina	Grupo Escoteiro do Mar Antonina	Fundação Grupo Boticário
	Criação da Rede Anfitriões do Litoral - PR e respectiva página nas redes sociais, em 2018.	Grupo Guarapés, Grupo Guaraguatá e Rede Caiçara	Projeto Mutirão UFPR.	Ministério da Cultura.
	Produção de vídeos e reportagens de TV para divulgação dos roteiros.	Rede Anfitriões do Litoral Paraná	Projeto Mutirão UFPR.	Ministério da Cultura.
	Planejamento “Rota Caiçara”, iniciado em 2020, criado via projetos de extensão da UFPR.	Anfitriões e produtores locais.	Prefeituras dos municípios envolvidos, Instituto de Água e Terra do Paraná (IAT) ICMBio, Grande Reserva Mata Atlântica, UNESPAR.	Governo do PR, Fundação o Boticário, ADEMADAN
	Roteiro Guaraguaçu, em 2023.	Café Caiçara do Guaraguaçu e Associação Comunitária do Guaraguaçu (ACOMÇU).	Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná e o Instituto Federal do Paraná (IFPR).	Sem apoio
	Divulgação dos roteiros de TBC da Ilha do Mel, tal como o Roteiro Caminhos da Tainha e o Roteiro Ilha do Mel 360 graus, em 2018.	Anfitriões nativos.	Restaurante Cozinha Comunitária Ilha das Peças.	Sem apoio
AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA	Encontros virtuais e presenciais, no Guaraguaçu, Ilha do Mel e Cabaraquara (PNSHL) para debate sobre o TBC no litoral do PR, entre 2021-2023.	Rede Anfitriões do Litoral PR, anfitriões e pescadores da Ilha do Mel, anfitriões do Guaraguaçu e do Cabaraquara.	UFPR, gestores públicos municipais, gestores de Ucs (ICMBio e IAT), SEBRAE, agências de viagem, Grande Reserva Mata Atlântica, FUNAI, mandato do deputado Goura.	Sem apoio
	Encontros virtuais que contaram com a participação da Formação do Grupo de Diálogos sobre o TBC no PR, para debater o Projeto de Lei Estadual do TBC - PL 138/202, de autoria do Deputado Estadual Goura Nataraj.	Rede Anfitriões do Litoral PR.	UFPR, Universidade Positivo, agentes de viagem, gestores culturais, assessores do mandato Goura e representantes da Rede Pinhal.	Sem apoio

Quadro 2: Matriz síntese das ações coletivas mapeadas na RTLP segundo os eixos temáticos identificados.

Fonte: Elaboração própria (2024).

No plano das “ações de comunicação, gestão e comercialização” que vêm sendo delineadas ao longo do processo, a maioria das iniciativas reconhecidas como TBC, tal como o os roteiros da Ilha do Mel, do Guaraguaçu, de Superagui e Ilha Rasa (Nininho House) têm como característica comum, o fato de terem surgido como iniciativas familiares em sua origem, passando progressivamente, a contar com o apoio de outras

famílias e comunidades, no processo. Nesse sentido, destacam-se dois roteiros turísticos criados na Ilha do Mel, o Roteiro Caminhos da Tainha, e o “Ilha do Mel 360 graus” que foram, inicialmente, organizados por um morador ou família da Comunidade de Encantadas, passando a contar, gradativamente, com parcerias intra e intercomunitárias. Um outro caso interessante, que ilustra a dinâmica de configuração do mosaico de atores sociais é a experiência do Roteiro Guaraguaçu, que

surgiu por iniciativa do empreendimento familiar Café Caiçara e que, progressivamente passou a agregar o apoio da gestão pública e de Instituições de Ensino Superior, culminando com a criação da Associação Comunitária do Guaraguaçu (ACOMÇÚ), com o objetivo de estabelecer um roteiro local, articulando outros empreendimentos familiares da própria comunidade. Nesse movimento de ações coletivas em apoio ao TBC regional, merece menção a perspectiva de criação do Projeto Agência de Turismo Comunitário de Caiçaras e, o Projeto Guaparayba que tendem a ampliar a criação, visibilidade e comercialização dos roteiros turísticos realizados respectivamente na Baía de Guaratuba e na de Antonina.

Além disso, para ampliar a comercialização e visibilidade das experiências em curso, algumas agências e operadoras de turismo vêm realizando parcerias, para incluir as experiências de TBC, em roteiros regionais. Nesse sentido, a colaboração e o apoio de atores sociais exógenos têm sido fundamentais para dar visibilidade às propostas de turismo já protagonizadas por lideranças locais há muitos anos, mas que não tinham, até aquele momento, a visibilidade comercial necessária para a sua consolidação. A partir dessas parcerias, as experiências regionais de TBC vem sendo divulgadas nas redes sociais, o que vem assegurando sua maior visibilidade, passando as lideranças locais e as comunidades envolvidas reconhecidas como reais “anfitriãs” no processo.

Na modalidade de “ações de mobilização política”, importantes exemplos na RTLTP tem sido o debate envolvendo as discussões sobre o Projeto de Lei Estadual do TBC, em tramitação na Assembleia Legislativa do PR. Um outro exemplo em esse direcionamento é a constituição de uma nova Rede de TBC no Paraná, a Rede Pinhal, e mais recentemente, as discussões coletivas através do Projeto Rota Caiçara, que vêm influenciando a política pública Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso e Conectividade, por meio da participação da UFPR em grupos de trabalho no âmbito do Ministério do Meio Ambiente (Ros & Belotto, 2024). Desse modo, ainda que essas ações coletivas não possam equacionar a totalidade de problemas locais, é possível afirmar que a condição de multitorialidade associada às ações coletivas, conforme debatida por Lima (2023), tem contribuído para fortalecer as iniciativas de TBC e, para minimizar os desafios cotidianos comunitários na RTLTP, inspirando também o delineamento de políticas públicas com esse enfoque.

No entanto esse não se configura como um processo contínuo e linear, ao contrário do que se poderia esperar. Essas redes de ações coletivas são em geral, voláteis e se constroem entre avanços e retrocessos, segundo o momento da dinâmica local e regional e segundo o contexto de políticas públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada incidiu sobre o mosaico de ações coletivas na dinâmica do TBC na RTLTP. Nesse sentido, foi possível reconhecer, na região estudada, a potência e a polifonia de ações coletivas que têm como nexos, desafios e interesses comuns, em um território permeado por inúmeros desafios e tensões sociais.

A pesquisa indicou ainda, que as ações coletivas têm favorecido a visibilidade dos grupos envolvidos e das experiências de TBC em curso na região.

Ainda assim, uma fragilidade dos processos em curso se refere ao fato de que as diversas as redes estabelecidas entre os múltiplos atores envolvidos nas ações coletivas tendem a ser relativamente voláteis, na medida em que se fazem e desfazem conforme o avanço ou o retrocesso de uma pauta específica de interesse comum.

Nesse sentido, parece importante enfatizar que a investigação sobre as ações coletivas deveria se orientar por um arcabouço metodológico também originado e construído com base no diálogo com os atores sociais da região estudada, a partir da imersão no contexto da dinâmica dos próprios territórios. Por essa perspectiva, o ensaio buscou também contribuir para ampliar a reflexão sobre as bases teórico-metodológicas do TBC. Partiu-se, portanto, do reconhecimento de que, ainda que a interpretação do TBC na literatura especializada, esteja ancorada, implicitamente, nas ações comunitárias voltadas para a salvaguarda dos bens comuns, é importante que se reflita sobre o mosaico de ações coletivas que engajam os diversos atores sociais na construção dessas experiências, segundo uma perspectiva que transcenda a própria dinâmica local.

Importante mencionar, ainda que essa discussão não se restringe ao âmbito acadêmico, pois tem evidentes rebatimentos também no plano de políticas públicas de turismo e aquelas que tangenciam o tema em foco. O entendimento sobre a dinâmica das ações coletivas pode, inclusive, facilitar o processo de mobilização para projetos de desenvolvimento local e ampliar o envolvimento qualificado dos atores locais, na construção das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- Aguilar, A. L. D., & Reyes, J. E. (2020). Family relations and socio-ecological resilience within locally-based tourism: The case of El Castillo (Nicaragua). *Sustainability*, 12(15), 1-26.
- Bartholo, R. (2009). Sobre o sentido da proximidade: Implicações para um turismo situado de base comunitária. In R. Bartholo, I. Bursztyn, & D. G. Sansolo (Orgs.), *Turismo de base comunitária* (pp. 25-44). Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem.
- Berto, A. B. F., Leal, K. O. F., dos Santos Hora, A., & da Mata, R. V. (2019). Ações coletivas: A materialização da responsabilidade social universitária no curso de pedagogia do ISECENSA. *Humanas Sociais & Aplicadas*, 9(26), 62-81.
- Brasil, Ministério do Turismo (MTur). (2004). *Programa de regionalização do turismo - Roteiros do Brasil: Diretrizes políticas*. Brasília, DF: Ministério do Turismo.
- Burgos, A., & Mertens, F. (2015). A perspectiva relacional na gestão do turismo de base comunitária: O caso da Prainha do Canto Verde. *Caderno Virtual de Turismo*, 15(1), 81-98. Recuperado de <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/955>
- Bursztyn, I. (2012). *Desatando um nó na rede: Sobre um projeto de facilitação do comércio direto do turismo de base comunitária na Amazônia*. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/COPPE.
- Cabral, B. L. F., Góes, P. R. H., Lazoski, F., & Gonçalves, A. (2020). Cultura e economia: Desafios para o turismo de base comunitária no litoral. In A. J. Ferrari & L. F. Gorsdorf

- (Orgs.), *Mais cultura na UFPR: Práticas e reflexões do Mutirão no litoral paranaense* (pp. 121-138). Curitiba, PR: Editora UFPR.
- Cabral, B. L. F., Souza, F., & Faria, A. C. V. (2021). Representação das relações no turismo de base comunitária. In B. L. F. Cabral, A. C. V. Faria, A. C. Araujo, & F. Souza (Orgs.), *Relatório do processo participativo de debate sobre políticas públicas e turismo de base comunitária* (pp. 59-78). Matinhos, PR: UFPR.
- Carrelas, D. de C. (2022). *Atrativos turísticos e turismo de base comunitária a partir do lugar: Estudo de caso de Florianópolis (Brasil)* (Tese de doutorado, Universidade do Minho). Recuperado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/78443>
- Costa, G. V. L., Catão, H., & Prado, R. (2009). Praia do Aventureiro: Um caso sui generis de gestão local do turismo. In R. Bartholo, D. G. Sansolo, & I. Bursztyn (Orgs.), *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 147-162). Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem.
- Da Ros, J. P., & Belotto, J. C. A. (2024). Relato de experiência: a Rota Caiçara de Cicloturismo no litoral do Paraná. *Revista Turismo: Estudos & Práticas (RTEP)*, 13(1), [Sem paginação].
- De Kadt, E. (1992). Making alternative tourism sustainable. In V. L. Smith & W. R. Eadington (Eds.), *Tourism alternatives: Potentials and problems in tourism development* (pp. 131-140). Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press.
- Dernoi, L. A. (1981). Alternative tourism: A semantic approach. *International Journal of Tourism Management*, 2(1), 1-9.
- Fragelli, C., Irving, M. A., & Oliveira, E. (2019). Turismo: fenômeno complexo da contemporaneidade? *Caderno Virtual de Turismo*, 19(3), 1-17.
- Giampiccoli, A., & Saayman, M. (2018). Community-based tourism development models. *African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure*, 7(3), 1-13.
- Góes, P. R. H. (2020). Reordenamento territorial no litoral do Paraná: Propostas de macrozoneamento e cenários futuros. In A. R. Alves et al. (Orgs.), *Litoral do Paraná: Território e perspectivas - desenvolvimento, políticas públicas e saúde* (pp. 27-57). Curitiba, PR: Brazil Publishing.
- Gohn, M. da G. (1997). *Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo, SP: Loyola. Recuperado de <https://flacso.org.br/files/2016/10/120184012-Maria-da-Gloria-Gohn-TEORIA-DOS-MOVIMENTOS-SOCIAIS-PARADIGMAS-CLASSICOS-E-CONTEMPORANEOS-1.pdf>
- Hwang, D., Chi, S. H., & Lee, B. (2016). Collective action in tourism: A social structural approach. *Journal of Hospitality & Tourism Research*, 40(4), 465-484.
- Irving, M. A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In R. Bartholo, D. G. Sansolo, & I. Bursztyn (Orgs.), *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 108-121). Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem.
- Jafar, J. (1974). The socio-economic costs of tourism to developing countries. *Annals of Tourism Research*, 1(4), 179-189.
- Lima, D. R. (2023). *A criação de uma política pública para a Rede de Turismo da Bahia [The creation of a public policy for Bahia's Tourism Network]* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil).
- Maldonado, C. A. (2009). O turismo rural comunitário na América Latina: Gênese, características e políticas. In R. Bartholo, I. Bursztyn, & D. G. Sansolo (Orgs.), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 25-44). Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem.
- Mendonça, T. D. M. (2009). Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde: uma solução em defesa do local herdado. In R. Bartholo, D. G. Sansolo, & I. Bursztyn (Orgs.), *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 289-301). Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem.
- Merinero-Rodríguez, R., & Pulido-Fernandez, J. I. (2016). Relationships in tourism: A review. *Tourism Management*, 56, 1-14.
- Moraes, E. A. D., Irving, M. D. A., Pedro, R. M. L. R., & Oliveira, E. (2020). Turismo de base comunitária à luz da teoria ator-rede: novos caminhos investigativos no contexto brasileiro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 122, 145-168.
- Murphy, P. (1985). *Tourism: A community approach (RLE Tourism)*. London, UK: Routledge.
- Nasri, Y. X. G., de Azevedo Irving, M., Cabral, B. L. F., de Lima, M. A. G., & Fonseca, R. A. A. (2023). Arranjos locais para o lazer de base comunitária: Regiões litorâneas do Rio de Janeiro e do Paraná como laboratórios vivos de análise. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 16(3), xx-xx.
- Paraná, Secretaria de Turismo. (2024). *Pesquisa de demanda turística da costa do Paraná [Tourism demand research for the Paraná coast]*. Curitiba, PR: Secretaria de Turismo do Estado do Paraná.
- Paraná & Consórcio Litoral Sustentável. (2019). *Plano de Desenvolvimento Sustentável da Costa do Paraná*. Curitiba, PR: Estado do Paraná.
- Paula, E. V., Pigosso, A. M. B., & Wroblewski, C. A. (2018). Unidades de conservação no litoral do Paraná: evolução territorial e grau de implementação. In M. T. Sulzbach, D. R. Archanjo, & J. Quadros (Orgs.), *Litoral do Paraná: Território e perspectivas* (pp. 41-92). Curitiba, PR: (pp. 41-92). Rio de Janeiro: Autografia.
- Pearce, D. G. (2004). Alternative tourism concepts: A critical examination. In D. Hall & G. Richards (Eds.), *Tourism: Critical concepts in the social sciences* (Vol. 1, pp. 45-67). London, UK: Routledge.
- Peres, J. L. P. (2020). *Reinterpretando o fluxo das políticas públicas a partir da experiência: Do pragmatismo crítico ao Hip Hop da Ceilândia/DF* (Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil).
- Reid, D. (2003). Responsible tourism planning. In P. L. Murphy (Ed.), *Tourism, globalization and development* (pp. 145-160). New York, NY: Routledge.
- Ribeiro, L. H., Borges, B. S., Boarin, P., & da Silva Resende, C. A. (2021). A influência dos grupos de interesse na política: apontamentos a partir da literatura. *Revista Agenda Política*, 9(1), 158-185.
- Richards, G., & Hall, D. (2002). The community in sustainable tourism development. In G. Richards & D. Hall (Eds.), *Sustainable tourism and community development* (pp. 15-28). London, UK: Routledge.
- Ruiz-Ballesteros, E., & Gual, M. A. (2012). Multi-level governance and community management in Ecuador. *Human Ecology*, 40(5), 717-729.
- Silva, F. D. P. S., Matta, A. E. R., & de Sá, N. S. C. (2016). Turismo de base comunitária no antigo Quilombo Cabula. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(3), [Sem paginação].
- Smith, V. L., & Eadington, W. R. (Eds.). (1992). *Tourism alternatives: Potentials and problems in tourism development*. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press.
- Storlazzi, A., Lunić, D., & Micera, R. (2017). Collective action for territorial identity in tourism: The case study of two UNESCO sites. *Symphonya. Emerging Issues in Management*, (3), 81-96.
- Triviños, A. (2000). *Pesquisa qualitativa nas ciências sociais*. São Paulo, SP: Editora Atlas.
- Virkki, K. B., Irving, M. de A., & de Lima, M. A. G. (2024). Cariocas são "bacanas"? Os sentidos de hospitalidade pela lente dos residentes do Rio de Janeiro. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, 18(1), 1-27. <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/raoit/article/view/8695>
- Zaoual, H. (2008). Do turismo de massa ao turismo situado: Quais as transições? *Caderno Virtual de Turismo*, 8(2), 1-14.

Declaração CRediT sobre autoria.

Termo	Definição	Autor 1	Autor 2	Autor 3
Conceitualização	Ideias; formulação ou evolução de objetivos e objetivos de investigação abrangentes	x	x	X
Metodologia	Desenvolvimento ou concepção de metodologia; criação de modelos	x	x	x
Software	Programação, desenvolvimento de software; concepção de programas de computador; implementação do código informático e algoritmos de suporte; teste dos componentes de código existentes			
Validação	Verificação, quer como parte da atividade quer separadamente, da replicação/reprodutibilidade global dos resultados/experimentações e outros resultados da investigação			
Análise formal	Aplicação de técnicas estatísticas, matemáticas, computacionais, ou outras técnicas formais para analisar ou sintetizar dados de estudo	x	x	x
Investigação	Condução do processo de investigação e investigação, realizando especificamente as experiências, ou recolha de dados/evidências	x	x	X
Recursos	Fornecimento de materiais de estudo, reagentes, materiais, pacientes, amostras de laboratório, animais, instrumentação, recursos informáticos, ou outras ferramentas de análise	x		
Curadoria de dados	Atividades de gestão para anotar (produzir metadados), lapidar dados e manter dados de investigação (incluindo código de software, onde é necessário para a interpretação dos próprios dados) para utilização inicial e posterior reutilização	x		
Escrita - Esboço original	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, redigindo especificamente o projeto inicial (incluindo a tradução substantiva)	x	x	x
Escrita - Revisão & Edição	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado por aqueles do grupo de investigação original, especificamente revisão crítica, comentário ou revisão - incluindo fases pré ou pós-publicação	x	x	x
Visualização	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, especificamente visualização/apresentação de dados	x	x	x
Supervisão	Supervisão e responsabilidade de liderança no planeamento e execução da atividade de investigação, incluindo mentoria externa à equipa central		x	
Administração do projeto	Responsabilidade pela gestão e coordenação do planeamento e execução da atividade de investigação		x	
Aquisição de financiamento	Aquisição do apoio financeiro para o projeto conducente a esta publicação			

Fonte: reproduzido de Elsevier (2022, s/p), com base em Brand et al. (2015).

Processo Editorial / Editorial Process / Proceso Editorial

Editor Chefe / Editor-in-chief / Editor Jefe: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido / Received / Recibido: 02.12.2024; Revisado / Revised / Revisado: 14.12.2024; Aprovado / Approved /

Aprobado: 18.12.2024; Publicado / Published / Publicado (online): 20.12.2024.

Documento revisado por pares / Peer-reviewed paper / Documento revisado por pares.